JORGE ALBERTO ARAÚJO DE ARAÚJO

TORNANDO A ADJUDICAÇÃO EXPLÍCITA
Uma análise inferencialista dos limites dos argumentos interpretativos na
fundamentação das decisões judiciais

Tese de Doutorado

Orientador:
Professor Associado Dr. Juliano Souza de Albuquerque Maranhão

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

São Paulo,
2020

JORGE ALBERTO ARAÚJO DE ARAÚJO

TORNANDO A ADJUDICAÇÃO EXPLÍCITA
Uma análise inferencialista dos limites dos argumentos interpretativos na
fundamentação das decisões judiciais

Tese apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em Direito, na área de concentração “Filosofia e Teoria Geral do Direito”, sob a orientação do Professor Associado Dr. Juliano Souza de Albuquerque Maranhão.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO

São Paulo,
2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Araújo, Jorge Alberto Araújo de
TORNANDO A ADJUDICAÇÃO EXPLÍCITA: Uma análise
inferencialista dos limites dos argumentos
interpretativos na fundamentação das decisões
judiciais ; Jorge Alberto Araújo de Araújo ;
orientador Juliano S. A. Maranhão -- São Paulo, 2020.
377

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em
Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito) -
Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo,
2020.

1. Interpretação jurídica. 2. Teoria da argumentação
jurídica. 3. Pragmática discursiva. 4. Normatividade
do significado linguístico. 5. Inferencialismo. I.
Maranhão, Juliano S. A., orient. II. Título.

Para Rayanna, Helena e Terezinha

AGRADECIMENTOS

Ao meu mestre, Professor Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, que com uma rara combinação de brilhantismo, paciência e humildade consegue guiar seus orientandos para que o que está implícito em nossas mentes consiga achar um caminho para a explicitação nas dissertações e teses.

À minha família: a minha esposa Rayanna, que me ajudou muito mais do que eu poderia pedir e de quem mais furtei tempo para dedicar aos estudos, pelo companheirismo de sempre e por tornar a vida sempre mais doce; a minha mãe, que acompanhou minhas dificuldades de longe, mas sempre presente com seu carinho e atenção que tanto me confortam, e que com suas orações tem me sustentado sempre; ao meu irmão, meu primeiro e maior amigo, e a meus avós, meus maiores exemplos, que completam o núcleo familiar tão essencial para mim.

Aos meus grandes amigos Marcio Cristiano Ebert e Paulo Marcos Rodrigues de Almeida, os melhores magistrados que conheço, que com suas sugestões e críticas ajudaram a desenvolver o argumento desta tese ao longo dos anos.

Aos amigos que, com suas sugestões, ideias ou apenas pela disponibilidade de ouvir, contribuíram fundamentalmente com esta pesquisa: Walter Celeste, Tiago Bologna Dias, Hugo Sawaia, Horácio Neiva, Gabriel Cruz

Aos amigos de Imperatriz, pelo companheirismo constante: Gleudson e Michelle Guimarães, Rafael e Andressa Costa, e Georgiano e Rayanne Magalhães, Marcos José e Marília Ribeiro. Um agradecimento especial ao meu amigo e grande colega Claudio Cezar Cavalcantes, que assumiu muito mais do que poderia pedir na 1ª Vara de Imperatriz para me permitir a conclusão do doutorado.

Aos amigos de São Paulo, especialmente Ryann Carvalho, Julianna Cardoso, Pedro Lobo e Diogo.

Ao amigo Lucas Valadão, que me concedeu uma entrevista para que eu pudesse explicitar um dos casos tratados nesta tese.

Aos colegas da 1ª Vara de Imperatriz, em especial do Diretor Fabio Passos de Abreu, provavelmente a pessoa que mais fez, juntamente comigo, de forma indireta, o doutorado.

Aos amigos que sempre estiveram comigo e, espero, sempre estarão, e que provavelmente nunca lerão este trabalho: Alex Septímio, Vitor Davi Souza, Fábio Abrantes, Francisco Viana, Eugênio Muniz, João Francisco Muniz, Igor Sérgio Oliveira, Pablo Furtado, Mário Sérgio Lima, Paulo Batista Neto, Lucio Lins e Prênteci Veloso.

RESUMO

ARAÚJO, J. A. A. TORNANDO A ADJUDICAÇÃO EXPLÍCITA: Uma análise inferencialista dos limites dos argumentos interpretativos na fundamentação das decisões judiciais. 2020. 377f. Tese de Doutorado – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A adjudicação é um momento crucial da prática jurídica, e uma adequada fundamentação é condição de validade das decisões judiciais. Apesar disso, há pouca clareza no estudo dessa fundamentação enquanto argumentação jurídica racional. Diante de um caso individual que deve ser decidido, frequentemente as atividades de definir as regras jurídicas aplicáveis, interpretar essas regras derivando soluções normativas e, por fim, determinar a solução para o caso individual, são discutidas em conjunto, sem uma delimitação clara do que está em jogo em cada uma delas. Esta falta de clareza metodológica é potencializada por uma incorporação da filosofia da linguagem para a teoria do direito que, a partir do que é caracterizado como uma natural indeterminação da linguagem utilizada na formulação das regras, pretende sustentar que a atividade interpretativa dos juízes não está sujeita a limites objetivamente identificáveis. Propõe-se, aqui, em sentido contrário a este ceticismo, que não só é possível descrever objetivamente a atividade interpretativa como também analisar os limites dos argumentos interpretativos frequentemente utilizados na fundamentação das decisões judiciais em casos difíceis. A partir da introdução de uma delimitação metodológica entre interpretação e construção jurídicas, descreve-se uma moldura inferencialista na linha da teoria semântica de Robert Brandom, que toma a inferência como unidade primária de significado e desenvolve uma rota para uma semântica inferencialista a partir de uma pragmática normativa baseada na instituição social das normas linguísticas a partir das atitudes deonticas dos participantes da prática. Esta moldura é aplicada a diversas decisões judiciais para evidenciar que os argumentos interpretativos (e construtivos) devem ser interpretados como padrões de inferência material, cuja validade está vinculada ao conteúdo conceitual nelas articulado. Esta estratégia permite definir que a interpretação é constrita pelos limites semânticos da formulação das regras, e que os argumentos dos Tribunais de redefinição do significado de termos e expressões e de modificação das inferências materiais necessárias são irracionais enquanto movimentos que não podem ser feitos de forma independente em relação a conceitos essencialmente perspectivo-dependentes no necessariamente social “jogo de dar e demandar razões” que caracteriza as práticas linguístico-discursivas, em particular a prática de fundamentar decisões judiciais.

Palavras-chave: interpretação jurídica, teoria da argumentação jurídica, pragmática discursiva, objetividade, normatividade do significado linguístico, inferencialismo.

ABSTRACT

ARAÚJO, J. A. A. **MAKING ADJUDICATION EXPLICIT: An inferentialist analysis of the limits of interpretive arguments in the justification of judicial decisions.** 2020. 377p. Doctorate Thesis – Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

Adjudication is a crucial moment in the practice of Law, and a proper justification is a requirement for the validity of judicial rulings. Nonetheless, there is little clarity in the study of judicial decisions as rational reasoning. When deciding an individual case, often judges conflate the activities of defining the applicable rules, interpreting these rules deriving normative solutions and, at last, determining the solution for the individual case. These procedures are usually analyzed as a single movement, without a clear delimitation of what is at stake at each moment. This lack of methodological precision is further increased by an import from the philosophy of language to legal theory. From what is characterized as a natural indetermination of the language used in rule formulations, it is claimed that judicial interpretive activity is not constrained by rational limits. I propose, in contrary to that skepticism, that it is possible to give an objective account of judicial interpretation and of the limits of interpretive arguments often used in justifying judicial rulings in hard cases. Starting with the introduction of a methodological distinction between interpretation and legal construction, I then describe an inferentialist framework based on Robert Brandom's semantic theory. He takes the inference as primary element for meaning and develops a pragmatic route for an inferentialist semantics based on the social institution of linguistic norms grounded on the deontic attitudes of the participants in a discursive practice. This framework is applied in many judicial rulings to make explicit that interpretive and constructive arguments must be taken as material-inferential patterns, with a primary normativity grounding its validity in the conceptual content inferentially articulated. This strategy allows describing judicial interpretation as constrained by the semantic limits of rule formulations. Furthermore, interpretive arguments used by Courts with theses of content redefinition, modification on consequential inferences and rejection of endorsed material-inferential patterns are irrational as movements that cannot be made from an isolated standpoint, since the concepts are social-perspectival in a "game of giving and asking for reasons".

Keywords: judicial interpretation, theory of legal reasoning, discursive pragmatics, objectivity, normativity of linguistic meaning, inferentialism.

SOMMARIO

ARAÚJO, J. A. A. RENDENDO ESPLICITA L'AGGIUDICAZIONE: Una analisi inferenzialista dei limiti degli argomenti interpretativi nella giustificazione delle decisioni giudiziali. 2020. 377p. Tesi di Dottorato – Scuola di Giurisprudenza, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

L'aggiudicazione è un momento cruciale della pratica giuridica, ed una adeguata fondamentazione è condizione di validità delle decisioni giudiziali. Nonostante ciò, vi è poca chiarezza nello studio di questa fondamentazione in quanto argomentazione giuridica razionale. Dinanzi ad un caso individuale che deve essere deciso, frequentemente le attività di definire le regole giuridiche applicabili, interpretare queste regole da cui derivare soluzioni normative e, infine, determinare la soluzione per il caso individuale, sono discusse congiuntamente, senza una delimitazione chiara di ciò che è in gioco in ciascuna di esse. Questa mancanza di chiarezza metodologica è potenziata da una incorporazione della filosofia del linguaggio nella teoria del diritto che, a partire da ciò che è caratterizzato come una naturale indeterminazione del linguaggio utilizzato nella formulazione delle regole, pretende sostenere che l'attività interpretativa dei giudici non è soggetta a limiti oggettivamente identificabili. Si propone, qui, in senso contrario a questo scetticismo, che non soltanto è possibile descrivere oggettivamente l'attività interpretativa, ma, altresì, analizzare i limiti degli argomenti interpretativi frequentemente utilizzati nella fondamentazione delle decisioni giudiziali in casi difficili. A partire dall'introduzione di una delimitazione metodologica tra interpretazione e costruzione giuridiche, si descrive una cornice inferenzialista sulla linea della teoria semantica di Robert Brandom, che prende/considera l'inferenza come unità primaria di significato e sviluppa un percorso verso una semantica inferenzialista a partire da una prammatica normativa basata sull'istituzione sociale delle norme linguistiche a partire dalle attitudini deontiche dei partecipanti alla pratica. Questa cornice è applicata a diverse decisioni giudiziali per evidenziare che gli argomenti interpretativi (e costruttivi) devono essere interpretati come modelli di inferenza materiale, la cui validità è vincolata al contenuto concettuale in esse articolato. Questa strategia permette di definire che l'interpretazione è costretta dai limiti semantici della formulazione delle regole, e che gli argomenti dei Tribunali di ridefinizione del significato di termini ed espressioni e di modifica delle inferenze materiali necessarie sono irrazionali, in quanto movimenti che non possono essere eseguiti in modo indipendente in relazione a concetti essenzialmente prospettivo-dipendenti nel necessariamente sociale "gioco del dare e rivendicare ragioni" che caratterizza le pratiche linguistico-discorsive, in particolare la pratica di fondamentare decisioni giudiziali.

Parole chiave: interpretazione giuridica, teoria dell'argomentazione giuridica, prammatica discorsiva, oggettività, normatività del significato linguistico, inferenzialismo.

“What’s in a name? That which we call a rose
By any other name would smell as sweet.”

Shakespeare,
Romeo and Juliet

“‘When *I* use a word’, Humpty Dumpty said,
in rather a scornful tone, ‘it means just what I
choose it to mean — neither more nor less’.

‘The question is’, said Alice, ‘whether you
can make words mean so many different
things’.

‘The question is’, said Humpty Dumpty,
‘which is to be master — that’s all.’”

Lewis Carroll,
Through the Looking Glass

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	A indeterminação do direito e a interpretação na adjudicação.....	25
2.1	A fundamentação das decisões judiciais, o uso de argumentos interpretativos e a ameaça à objetividade da interpretação	25
2.2	A racionalidade discursiva da fundamentação das decisões judiciais.....	35
2.3	A racionalidade da interpretação pelos juízes	45
2.4	A linguagem das regras pode constranger?	51
2.4.1	Qual linguagem constrange?	60
2.5	O juiz “pode tudo” na interpretação?	63
2.6	A distinção interpretação-construção	69
2.7	A construção jurídica como ampliação ou contração do sistema normativo	86
2.8	Indeterminação da linguagem e objetividade da interpretação	90
2.8.1	Ambiguidade	92
2.8.2	Vagueza	96
2.9	Textura aberta e indeterminação (?) do Direito.....	103
2.9.1	A argumentação que busca o propósito da regra.....	117
2.10	Reformulando a discordância: há limites para a construção jurídica?	124
2.11	Argumentos interpretativos — I.....	128
3	Uma abordagem inferencialista.....	139
3.1	A normatividade primária implícita na prática.....	139
3.2	Da pragmática normativa à semântica inferencialista	140
3.3	Vocabulário deôntico	145
3.4	O conteúdo semântico a partir da inferência	152
3.4.1	Compromissos de substituição	152
3.4.2	Anáfora.....	157
3.5	Três níveis na teoria do significado.....	158
3.6	A normatividade implícita na prática — I.....	159
3.7	Padrões de inferências materiais	166
3.7.1	Esquemas argumentativos	168

3.7.2	O argumento por analogia	171
3.7.2.1	Lacunas normativas	174
3.7.2.2	Lacunas axiológicas e exceções implícitas	181
3.7.2.3	A comparação entre os casos.....	189
3.7.2.4	Conclusão com extensão da regra	202
3.7.2.5	Mapas argumentativos e contra-argumentos	205
3.7.3	A validade do padrão de inferência material.....	211
3.7.4	Argumentos interpretativos — II	224
3.8	A normatividade implícita na prática — II	235
3.8.1	Premissas e esquemas argumentativos implícitos	241
3.9	A articulação inferencial consequencial das decisões judiciais	247
3.10	A normatividade implícita na prática — III	255
3.10.1	Diferentes perspectivas: o caráter social das práticas discursivas.....	255
3.10.2	A objetividade das normas conceituais em uma estrutura perspectivodependente.....	264
4	Os limites dos argumentos interpretativos e a possibilidade de modificação do conteúdo conceitual.....	269
4.1	Argumentos interpretativos — III	269
4.1.1	Argumentos semânticos com teses de redefinição conceitual.....	274
4.2	As teses judiciais de redefinição de conceitos.....	281
4.2.1	A ADPF 54 e o aborto de fetos anencéfalos	281
4.2.2	A possibilidade de modificação conceitual	290
4.2.3	A racionalidade possível da decisão.....	295
4.3	As teses judiciais de modificação da inferência material.....	296
4.3.1	A ADPF 132 e a união estável homoafetiva	296
4.3.2	A impossibilidade de modificação de articulações inferenciais necessárias	307
4.3.3	A racionalidade possível da decisão.....	310
4.4	As teses judiciais de rejeição das inferências materiais	312
4.4.1	A ADO 26 e a discriminação por homofobia.....	312
4.4.2	Reconstrução argumentativa	319
4.4.3	O argumento semântico com redefinição conceitual	322
4.4.3.1	A rejeição do conceito “raça”.....	322
4.4.3.2	Racismo “social”	326

4.4.3.3	A “interpretação” com aplicação da regra.....	329
4.4.4	A racionalidade do argumento semântico	334
4.4.5	É possível endossar argumentos semânticos de redefinição conceitual? ..	337
4.4.6	O que o Tribunal fez e o que o Tribunal disse que fez.....	339
4.5	Definindo e redefinindo conceitos jurídicos abertos	344
4.5.1	Reestruturando o ceticismo quanto à interpretação judicial.....	344
4.5.2	A redefinição de conceitos jurídicos	349
4.6	Qual o placar ao final? (Uma crítica de racionalidade).....	354
5	Conclusão	359
	REFERÊNCIAS	361
	DECISÕES DE CORTES ESTRANGEIRAS	373
	DECISÕES DE CORTES BRASILEIRAS	374
	DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	375

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Funcionamento das regras de inferência de acordo com Toulmin e Alexy.....	134
Figura 2 – Representação inferencial da comparação entre os casos.....	200
Figura 3 - Mapa do argumento por analogia na lacuna normativa.....	207
Figura 4 - Mapa do argumento por analogia na lacuna axiológica	208
Figura 5 - Mapa do argumento completo na extensão da escusa absolutória do art. 181, I, do CP, para o "companheiro"	210
Figura 6 - Mapa inferencial no exemplo de Govier, 1989	217
Figura 7 - Esquema inferencial de um argumento interpretativo no modelo dedutivo	226
Figura 8 - Esquema inferencial de um argumento interpretativo no modelo de Toulmin, 2003	227
Figura 9 - Esquema inferencial de um argumento interpretativo no modelo de Toulmin, 2003, com suporte da regra de inferência.....	228
Figura 10 - Esquema inferencial de um argumento interpretativo com inferência material	229
Figura 11 - Esquema inferencial de um argumento interpretativo com inferência material e utilização do propósito da regra	232
Figura 12 - Mapa argumentativo parcial de STF, HC 86.320, 2006	244
Figura 13 - Mapa argumentativo conjugando várias decisões do STF sobre a extensão do art. 115 do CP	251
Figura 14 - Mapa argumentativo da ADPF 54 com o argumento por exceção implícita..	287
Figura 15 - Mapa argumentativo da ADPF 54 com o argumento semântico.....	288
Figura 16 - Mapa argumentativo da ADPF 132 com os argumentos por exceção implícita e por analogia	299
Figura 17 - Esquema inferencial da coerência normativa entre CF e CC na ADPF 132 ..	301
Figura 18 - Esquema inferencial da incoerência argumentada pelo STF na ADPF 132...	303

Figura 19 - Esquema inferencial da incoerência entre regras da CF e os propósitos desta, situando o argumento semântico	305
Figura 20 - Esquema inferencial do argumento semântico utilizado pelo STF na ADPF 132 para a derivação de solução normativa.....	306
Figura 21 - Mapa inferencial do argumento 1 do autor da ADO 26	313
Figura 22 - Mapa inferencial do argumento 2 do autor da ADO 26	316
Figura 23 - Mapa argumentativo da ADO 26 com as inconsistências nos dois argumentos convergentes.....	333

LISTA DE ABREVIATURAS

ACrim	Apelação Criminal
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AgR	Agravo Regimental
Art., arts.	Artigo, artigos
CC	Código Civil
CP	Código Penal
CPC	Código de Processo Civil
CPP	Código de Processo Penal
ED	Embargos de Declaração
HC	Habeas Corpus
Inq	Inquérito
LIDB	Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro
MC	Medida Cautelar
Rcl	Reclamação
RE	Recurso Extraordinário
REsp	Recurso Especial
ROMS	Recurso Ordinário em Mandado de Segurança
SCOTUS	Supreme Court of the United States of America
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJRS	Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul
TJPR	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
TJMS	Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul
TRF	Tribunal Regional Federal

1 INTRODUÇÃO

A interpretação de regras é atividade fundamental na adjudicação, o que é normalmente feito através do uso de argumentos interpretativos bastante trabalhados na tradição jurídica. Apesar dessa familiaridade, a argumentação que constitui a fundamentação das decisões judiciais padece de uma frequente falta de clareza quanto a uma distinção entre o que pode ser objetivamente tratado como um argumento interpretativo e o que constitui uma tese jurídica incompatível com os limites semânticos da proposição normativa. Argumentos desta natureza são identificáveis tanto em decisões de pequena repercussão quanto nos julgamentos mais comentados de Cortes Constitucionais.

Na presente pesquisa parto de uma indagação motivada por argumentos interpretativos utilizados em três decisões recentes do Supremo Tribunal Federal: A ADPF 132, de 2011, a ADPF 54, de 2012, e a ADO 26, de 2019. Agregando a estas diversas outras decisões do STF e de Tribunais brasileiros e estrangeiros para pautar a discussão, busco evidenciar critérios de racionalidade para que se possa falar em uma objetividade da atividade interpretativa na fundamentação das decisões judiciais. Esta análise é feita com base na filosofia da linguagem, em particular com a apropriação de *insights* do segundo Wittgenstein por Robert Brandom. Desenvolve-se, assim, um modelo a partir do inferencialismo semântico descrito em *Making It Explicit* — e detalhado em textos posteriores do autor — para abordar os argumentos interpretativos enquanto padrões de inferência material. Argumento que este modelo permite uma descrição da objetividade do conteúdo conceitual suficiente para abordar a questão da possibilidade de uma interpretação judicial objetiva.

No capítulo 2, começo buscando situar o desacordo teórico em torno dessa possibilidade de objetividade da interpretação diante dos argumentos céticos que partem de uma alegada indeterminação natural da linguagem e buscam concluir por uma resultante indeterminação do direito, o que tornaria inútil a busca por um relato objetivo da atividade interpretativa de regras jurídicas. O problema é primeiramente identificado com a percepção de uma aparente falta de limites na atividade dos Tribunais, particularmente de Cortes Constitucionais, que dão a última palavra sobre a interpretação dos textos normativos, inclusive da Constituição (item 2.1).

Assumo, na linha de Alchourrón e Bulygin em *Normative Systems*, que o ponto de partida da adjudicação é sempre um *caso*, que é o que vai pautar a identificação do sistema normativo aplicável e a definição das soluções jurídicas eventualmente determinadas pelas regras que compõem esse sistema. Aplicando à discussão a teoria da argumentação jurídica, que toma a fundamentação das decisões judiciais como discurso jurídico racional, fundamento sua divisão em três níveis, correspondentes à identificação de regras aplicáveis a um caso individual, à interpretação dessas regras e à determinação de uma solução para o caso individual diante do julgador (item 2.2). Em seguida, a interpretação é definida inferencialmente — já na linha do modelo a ser adotado — como a atividade de derivar soluções normativas a partir de um sistema normativo localizado, e uma primeira questão quanto à confluência entre discernir soluções normativas e determinar a solução para o caso individual é enfrentada (item 2.3).

O desafio cético em sua dimensão semântica tem por base uma suposta incapacidade da linguagem das regras em constranger as decisões judiciais, questão que é abordada no item 2.4 a partir das distinções até então delimitadas, definindo-se que a possibilidade de constrangimento seria uma condição para a própria existência de uma prática jurídica de seguir regras e que esse constrangimento precisa ser exercido pela linguagem ordinária (item 2.4.1). Segue-se com o primeiro esclarecimento conceitual que distingue teses interpretativas de teses *sobre* a interpretação. Argumento que doutrinas como o originalismo e a interpretação dinâmica confundem argumentos sobre o que *pode* ser derivado inferencialmente em uma atividade tipicamente interpretativa com a *melhor* interpretação, ou seja, a interpretação que deve controlar o resultado do julgamento (item 2.5).

No item 2.6 introduzo a distinção interpretação-construção, que é fundamental para o prosseguimento da análise, estabelecendo que a interpretação, de forma consensada, é limitada pelas possibilidades semânticas do texto. Esta tese é defendida pelos autores que tratam da interpretação e da teoria da argumentação jurídica como uma tese jurídica com fundamento político-constitucional na separação de poderes. Adianto que, na sequência da investigação, sustentarei que, além de uma necessidade jurídica, a limitação semântica da interpretação é condição de *racionalidade* do processo interpretativo a partir da abordagem inferencialista. A construção jurídica é definida, assim, de forma residual como a

argumentação jurídica que se segue a partir da interpretação, que pressupõe a interpretação ou tem a interpretação por objeto (item 2.7).

No item 2.8 abordo mais a fundo a tese da indeterminação da linguagem como uma inevitável textura aberta e a repercussão disso para a possibilidade de delimitação precisa entre interpretação e construção. Primeiro, dou definições analíticas de ambiguidade (item 2.8.1) e vagueza (item 2.8.2), inclusive a vagueza que importa em necessidade de análise multidimensional, e em 2.9 argumento, a partir da apropriação que Hart faz de Waismann e de críticas de Schauer, que a questão da textura aberta não infirma a possibilidade de objetividade conceitual nem a distinção interpretação-construção. No item 2.9.1 detalho a utilização generalizada do propósito normativo na adjudicação, considerando que as interpretações pelo propósito dominam a prática jurídica pelo menos há algumas décadas, e explico que o recurso ao propósito não interfere na distinção interpretação-construção, já que não conflita com a utilização dos limites semânticos da formulação normativa. Assim, em 2.10 reformulo a discordância quanto à objetividade da interpretação como uma discussão sobre em que medida a interpretação — e por extensão a formulação das regras — deve *controlar* o resultado da adjudicação.

Na conclusão deste capítulo, defino provisoriamente os argumentos interpretativos como padrões inferenciais utilizados *na* interpretação para derivar soluções normativas do sistema normativo localmente aplicável. Menciono que muitos autores tratam desses argumentos, ou cânones de interpretação, como *regras* de inferência, e utilizo a formulação de Alexy e Toulmin para uma primeira abordagem dessa questão, adiantando que utilizarei as considerações sobre seguir regras de Wittgenstein nas Investigações Filosóficas para sustentar, contrariamente a essa perspectiva, que essas inferências precisam ser compreendidas como padrões de inferência material na linha do que Brandom sustenta em seu modelo.

No capítulo 3 desenvolvo em detalhes como será feita a abordagem dos argumentos interpretativos utilizados pelo STF. Considero que uma rota promissora para o exame de uma possível objetividade do conteúdo conceitual é da pragmática para a semântica. Para isso, utilizo como modelo o inferencialismo desenvolvido por Robert Brandom a partir de uma extrapolação de insights de Kant, Hegel, Frege, Wittgenstein, Dummet e Sellars.

Utilizando uma pragmática que tem como traço essencial um vocabulário deôntico para explicitar a normatividade implícita na articulação inferencial nas práticas discursivas, define-se o conteúdo semântico das proposições que constituem os “movimentos” na prática como seu papel na inferência, ou seja, sua contribuição na modificação de um placar discursivo. Este, por sua vez, é determinado pelas atitudes deônticas dos participantes da prática de atribuir e assumir conteúdos e justificações. O conteúdo conceitual das expressões subsentenciais é alcançado a partir de sua contribuição para as inferências materiais para e a partir das proposições em que elas são utilizadas, utilizando uma relação disposicional quanto à substituição que resgata um modelo de Frege basilar na filosofia da linguagem do séc. XX. Esta estrutura é a que Sellars chamava de “o jogo de dar e pedir razões”, que na fundamentação judicial podemos adaptar como o “jogo de dar e demandar razões” (itens 3.1 a 3.5). Em 3.6 inicio a descrição da normatividade implícita na prática utilizando uma reconstrução inferencialista de um julgamento italiano, feita por autores que adotam uma teoria cética moderada quanto à interpretação jurídica na linha de Guastini, aqui utilizado como paradigma desta posição doutrinária. Argumento, discordando daqueles autores, que a forma como eles incorporam a teoria de Brandom deixa de fora justamente seu ponto mais relevante, que é a transição de um formalismo que busca “dedutivizar” as inferências (e transfere a força argumentativa da inferência para os valores de verdade das premissas) para uma inferência material que extrai sua validade da articulação dos conceitos envolvidos entre premissa e conclusão.

Por isso, a partir de 3.7 desenvolvo a ideia de inferência material. Primeiramente introduzo os esquemas argumentativos como suplemento expressivo ao modelo de Brandom, de modo a substituir o condicional brandomiano pelos mapas argumentativos que auxiliam na visualização da articulação inferencial da fundamentação das decisões judiciais (3.7.1). Em seguida, utilizo o argumento por analogia, por ser o mais trabalhado na literatura na teoria da argumentação (no direito e fora dele), para detalhar a validade da inferência material (3.7.2). Faço a distinção entre lacunas normativas (3.7.2.1) e axiológicas (3.7.2.2), associando à segunda o argumento por exceção implícita, representação inferencial da derrotabilidade normativa implícita. O argumento por analogia em seguida é caracterizado através de uma premissa de comparação entre os casos, e uma primeira aproximação com a validade material do padrão de inferência é feita na representação desta avaliação entre caso-análogo e caso-alvo (3.7.2.3). Em seguida, define-se que o argumento por analogia tem como conclusão a determinação de extensão de uma regra, da mesma forma que o argumento por

exceção implícita conclui tipicamente pela rejeição (derrota) de uma solução normativa (3.7.2.4). O argumento por exceção implícita e o por analogia são delimitados como expressando a contração e a ampliação, respectivamente, do sistema normativo em decorrência de teses sobre a interpretação na construção jurídica. Conclui-se este ponto com os mapas argumentativos em geral e de um caso específico de analogia em matéria criminal (3.7.2.5).

A partir da descrição dos argumentos por analogia e exceção implícita, discuto a validade destes padrões de inferência como vinculada não à postulação de uma premissa adicional que condicionaria dedutivamente a derivação da conclusão, mas sim como um padrão inferencial materialmente aceito (3.7.3). Várias descrições alternativas existentes na literatura são comentadas a partir da ideia de padrões de inferência material de Brandom e da necessidade de uma normatividade primitiva da prática que está na raiz do argumento contra o regresso ao infinito nas considerações sobre seguir regras de Wittgenstein.

Em 3.7.4, retomo os argumentos interpretativos, que são aqui caracterizados como padrões de inferência material, no sentido de não necessitar de uma regra de inferência no modelo anteriormente detalhado. Considero aqui as alternativas dedutivista e de justificação externa de Alexy e Toulmin, sustentando que ambas não resistem à crítica de Wittgenstein contra o regresso ao infinito, além de incorrerem em outros problemas descritivos e pragmáticos.

O modelo inferencialista é detalhado de forma adicional em 3.8 com o aprofundamento das atitudes deônticas, a fim de alcançar uma descrição suficiente que permita falar na normatividade da atribuição de *status* deônticos. Essa normatividade justifica a atribuição de premissas implícitas e de padrões de inferência material endossados (3.8.1). Em 3.9 exploro as inferências compromissivas de Brandom para mostrar consequencialmente as implicações da assunção de compromissos e endosso de inferências de forma diacrônica nas decisões judiciais, uma primeira aproximação a uma questão que será retomada ao final ao tratar dos conceitos jurídicos.

A objetividade conceitual é descrita em 3.10 de forma estrutural, a partir das diferentes perspectivas de cada participante da prática, associadas aos repertórios de compromissos colaterais que relativizam as formulações expressivas (compromissos expressivos) que evidenciam o conteúdo conceitual, mas que permitem tratar de um

conteúdo objetivo na medida em que cada participante da prática precisa conseguir navegar entre essas diferentes perspectivas. Esta capacidade é representada pela distinção entre atribuições de atitudes proposicionais *de re* e *de dicto*, e conclui-se este capítulo definindo que essa objetividade (suficiente para os fins desta pesquisa) pode ser caracterizada como a impossibilidade de um participante da prática, individualmente, dispor sobre o conteúdo conceitual (itens 3.10.1 e 3.10.2).

Completada a descrição do modelo inferencialista, inicio o capítulo 4 retomando uma última vez a definição de argumentos interpretativos, detalhando finalmente que a limitação da interpretação às possibilidades semânticas é condição de racionalidade em razão da vinculação da validade das inferências materiais ao conteúdo conceitual articulado. Isso pode ser objeto de explicitação objetiva a partir do caráter social da prática, evidenciado pela instituição das normas conceituais pelas atitudes deônticas dos participantes coletivamente considerados (4.1). Em seguida, defino os argumentos semânticos como argumentos interpretativos que buscam derivar a solução normativa exclusivamente a partir da regra, sem outras premissas, tendo por objeto a articulação inferencial direta entre regra e solução normativa. Uma espécie de argumento semântico veicula teses que parecem de explicitação de um conteúdo conceitual, mas que argumento que são, na verdade, de redefinição conceitual (4.1.1).

Prossigo na parte final abordando, através do modelo detalhado, os três casos em que argumentos interpretativos-semânticos de redefinição conceitual foram utilizados pelo STF. No primeiro, a ADPF 54, o argumento consistiu na redefinição do termo “aborto” articulando-o com a “viabilidade de vida extrauterina do feto”. Este argumento foi definido como uma tese judicial de redefinição de conceitos (4.2). Após a reconstrução da argumentação com o apoio de mapas argumentativos (4.2.1), analiso a possibilidade de conceitos mudarem com o tempo, e concluo que, de acordo com a objetividade conceitual alcançada a partir da análise inferencialista, os Tribunais podem identificar esta mudança e *explicitá-la* em um argumento interpretativo que justifica a derivação da solução normativa, mas não podem promover individualmente a mudança diante da impossibilidade de disposição sobre os conceitos a partir de um ponto de vista individual da prática linguística. Sustento que, conquanto o STF possua posição proeminente na prática jurídica, joga o jogo linguístico em posição simétrica em relação aos demais, uma tese fundamental do inferencialismo, que rejeita explicar a normatividade do conteúdo com o apelo a uma

comunidade com ponto de vista privilegiado (4.2.2). Por isso, sustento que o argumento semântico nesses moldes é irracional, e não apenas um erro, por constitui um argumento que tem por *objeto* um movimento estranho à prática. Por fim, analiso que a argumentação que prevaleceu constitui uma instância do argumento por exceção implícita (4.2.3).

Em 4.3 analiso a ADPF 132, descrita em 4.3.1. A tese foi denominada de uma modificação de um padrão inferencial no nível da metalinguagem, pois a Corte buscou utilizar o argumento semântico de modo a justificar a rejeição de uma inferência compromissiva entre a Constituição Federal e o Código Civil, em vez de fazer uma extensão por analogia em nível constitucional. Argumento que não é possível modificar inferências materiais necessárias, razão pela qual este argumento também é irracional (4.3.2). Concluo detalhando que a argumentação racional possível neste caso importaria em uma extensão em nível constitucional através de um argumento por analogia com lacuna axiológica, o que poderia necessitar da relativização de outros compromissos do STF quanto aos limites (jurídicos) de sua atuação (4.3.3).

O terceiro caso é que tem o argumento semântico mais explícito (4.4). Além de haver uma tese de redefinição conceitual de “raça” ou “racismo” para “racismo social” de modo a incluir a “homofobia” (4.4.1 a 4.4.2), houve a rejeição de um padrão de inferência material necessário. Detalho o argumento semântico de redefinição conceitual em três partes. Primeiro, explico a impossibilidade de rejeição de um conceito da forma como sustenta o Relator sobre o conceito “raça”, utilizando como parâmetro um exemplo similar de Brandom em *Making It Explicit* (4.4.3.1). Argumento que a possibilidade de rejeição de um conceito consiste em sua não utilização (ou sua crítica), mas que, uma vez utilizado, o conteúdo deste conceito não está à disposição de um participante do jogo de dar e demandar razões individualmente. Em seguida (4.4.3.2), destaco a impossibilidade de redefinição em termos de substituição de conceitos, fazendo um paralelo com caso curioso da literatura constitucional norte-americana exemplificado no item 2.9. Por fim, analiso a defesa do Relator de uma interpretação como mera identificação de conteúdo em termos semelhantes aos da semântica clássica, e argumento que se trata, na verdade, de tese de redefinição conceitual (4.4.3.3).

Detalho que o argumento neste terceiro caso também é irracional (4.4.4), e examino em seguida uma possível objeção, consistente no fato de a decisão ter sido unânime

e em procedimento de caráter vinculante para todo o Judiciário brasileiro. Sustento que o endosso, pela moldura inferencialista, é analisado em termos das atitudes deônticas, e estas em termos do que é necessário fazer para justificar os demais a atribuir um compromisso, de modo que o endosso, no caso da ADO 26, está relacionado à conclusão, e não ao argumento semântico, já que não houve a internalização (assunção) dos compromissos de substituição que seriam necessários. Em seguida, destaco que a racionalidade possível da decisão impõe a relativização do compromisso que veda a analogia *in malam partem* no direito penal, que é o resultado que deve ser atribuído ao STF (4.4.6).

Um último possível argumento cético é endereçado no item 4.5, que diz respeito à objetividade dos conceitos jurídicos abertos (chamados também de “indeterminados”). Reposicionando o ceticismo (4.5.1), utilizo uma suplementação do próprio Brandom a sua teoria para incorporar a dimensão diacrônica (histórica) da instituição das normas conceituais, na linha de sua mais recente leitura da fenomenologia hegeliana. Detalho que a redefinição de conceitos jurídicos ocorre no mesmo contexto de uma instituição social de normas conceituais, na medida em que os julgadores atuam em uma posição simétrica em uma cadeia diacrônica envolvendo responsabilidade para com os precedentes e autoridade para com as futuras instâncias de aplicação do conceito que necessariamente julgarão a decisão. Deste modo, a inferência material, mais uma vez, justifica um relato objetivo desta atividade interpretativa (4.5.2).

Concluo no item 4.6 explicitando que a crítica feita aqui é de racionalidade. Não tem por objetivo sustentar a inviabilidade de determinadas decisões, e sim expor seu padrão argumentativo de modo a trazer para a luz do dia o que realmente está em jogo na articulação inferencial que caracteriza a fundamentação das decisões judiciais.

5 CONCLUSÃO

Diante do que percebi como uma generalizada conflação entre atividades distintas que podem ser delimitadas na argumentação que constitui a fundamentação das decisões judiciais, primeiro busquei esclarecer o desacordo teórico em relação à interpretação jurídica, mais especificamente no que se refere à possibilidade de uma descrição objetiva da atividade interpretativa dos juízes. Isso depende de uma análise semântica de como a linguagem das regras pode constranger as decisões judiciais, ou seja, da capacidade das regras de servir como razão para a decisão a partir da formulação normativa na linguagem ordinária.

Esta análise semântica foi feita a partir de um modelo pragmático de Robert Brandom, descrito em *Making It Explicit* e em trabalhos posteriores. Descrevi este modelo e introduzi um vocabulário deôntico que foi suplementado por uma pragmática elementar na linha das máximas de implicatura de Grice e do princípio de caridade. Introduzi, ainda, os esquemas argumentativos como forma de agregar poder expressivo para tratar da argumentação complexa na fundamentação de decisões judiciais em casos difíceis.

A partir da ideia fundamental de inferências materialmente válidas no modelo inferencialista, sustentei que os argumentos interpretativos devem ser descritos como padrões de inferência material cuja validade é vinculada à articulação dos conceitos utilizados nas formulações normativas de suas circunstâncias adequadas de aplicação para as consequências necessárias de uso. Esses parâmetros são objetivos de forma estrutural, pela forma como nossa prática é perspectivo-dependente em uma relação simétrica entre os participantes, o que permite expressar os conteúdos conceituais de forma relativa a cada repertório de compromissos colaterais, mas de forma objetiva em razão da necessidade de que todos naveguem pelas múltiplas perspectivas. Assim, o conteúdo conceitual não está à disposição de um participante da prática individualmente considerado.

Portanto, os limites semânticos que foram definidos como critério para distinção entre interpretação e construção através de argumentos jurídico-políticos foram readequados como condição de racionalidade do processo interpretativo. Em seguida, foram abordados três casos julgados pelo STF em 2011, 2012 e 2019, onde foram utilizados argumentos

semânticos com teses de redefinição conceitual, de modificação de inferências necessárias (compromissivas) e de rejeição de um padrão de inferência material. Argumentei que, nos três casos, os argumentos são irracionais, por constituírem movimentos externos à prática.

Como racionalidade possível das decisões, sustentei que na ADPF 54 o STF fez derrotabilidade normativa implícita — utilizando o que defini como um argumento por exceção implícita; na ADPF 132 houve uma extensão de um conceito jurídico em nível constitucional através de um argumento por analogia, o que demanda a relativização de um compromisso histórico da Corte com a inexistência de hierarquia normativa intraconstitucional; na ADO 26 o Tribunal fez analogia *in malam partem*, estendendo regras penais incriminadoras para incluir a discriminação por homofobia como forma de resolver uma situação de grave injustiça social.

Por fim, abordei a questão da redefinição dos conceitos jurídicos abertos a partir de uma suplementação que Brandom fez em sua teoria, incorporando a dimensão diacrônica da articulação social comunicativa na instituição das normas conceituais, sustentando que, mesmo no caso de conceitos com grande abertura semântica, é possível uma descrição objetiva da interpretação como uma inter-relação entre autoridade e responsabilidade aliadas à ideia de inferência material.

Especulei ao final que a proliferação dos argumentos semânticos com teses de redefinição conceitual parece ter relação com os casos em que a regra é clara, mas as soluções normativas são percebidas como claramente injustas, de modo que os Tribunais, a pretexto de “interpretar”, buscam uma modificação no conjunto das consequências jurídicas, de modo a incluir ou excluir consequências em uma avaliação compreensiva dos interesses e fatores em jogo.

Concluí considerando que o inferencialismo fornece ferramentas extremamente úteis para explicitar as articulações inferenciais no bojo da fundamentação das decisões judiciais, permitindo evidenciar razões muitas vezes obscurecidas pela retórica judicial, de modo a tornar a adjudicação explícita, trazendo-a para a luz do dia, para que possam ser demandas razões em sua defesa no jogo democrático, simétrico, de dar e demandar razões.

REFERÊNCIAS

ALCHOURRÓN, Carlos. Logic of norms and logic of normative propositions. *Logique et analyse*, v. 12, n. 47, p. 242–268, 1969.

_____. On Law and Logic. *Ratio Juris*, n. 9, p. 331–348, 1996.

ALCHOURRÓN, Carlos; BULYGIN, Eugenio. *Normative Systems*. Wien: Springer-Verlag, 1971.

ALCHOURRÓN, Carlos; GÄRDENFORS, Peter; MAKINSON, David. On The Logic of Theory Change: Partial Meet Contraction and Revision Functions. *The Journal of Symbolic Logic*, v. 50, n. 2, p. 510–530, 1985.

ALCHOURRÓN, Carlos; MAKINSON, David. On The Logic of Theory Change: Contraction Functions and Their Associated Revision Functions. *Theoria*, v. 48, n. 1, p. 14–37, 1982.

ALEXANDER, Larry; SHERWIN, Emily. *Demystifying Legal Reasoning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____. *The Rule of Rules: Morality, Rules, and the Dilemmas of Law*. Durham: Duke University Press, 2001.

ALEXY, Robert. Balancing, constitutional review, and representation. *International Journal of Constitutional Law*, v. 3, n. 4, p. 572–581, 2005.

_____. On Balancing and Subsumption. A Structural Comparison. *Ratio Juris*, v. 16, n. 4, p. 433–449, 2003.

_____. Rights, Legal Reasoning and Rational Discourse. *Ratio Juris*, v. 5, n. 2, p. 143–152, 1992.

_____. Sistema Jurídico, Principios Jurídicos y Razón Práctica. *Doxa*, (151), n. 5, p. 139–151, 1988.

_____. *Teoria da Argumentação Jurídica*. São Paulo: Landy, 2013.

ALEXY, Robert; DREIER, Ralf. Statutory interpretation in the Federal Republic of Germany. In: MACCORMICK, Neil; SUMMERS, Robert S. (orgs.). *Interpreting Statutes. A Comparative Study*. London: Routledge, 1991. p. 73–121.

AMATO, Anthony D. Aspects of Deconstruction: the “Easy Case” of the Underaged President. *Northwestern University Law Review*, v. 84, n. 1, p. 250–256, 1990.

ARAÚJO, Jorge Alberto A. de. *Quando a regra é clara, mas claramente injusta: A experiência do Supremo Tribunal Federal com a derrotabilidade das normas jurídicas*.

2015. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

ARAÚJO, Jorge Alberto A. de; OLIVEIRA, Walter José Celeste De. O Supremo Tribunal Federal e a superação do judicial self-restraint na jurisdição constitucional. In: BRAGA JÚNIOR, Américo; SIQUEIRA JÚNIOR, Edson Roberto; REIS, João Emílio de Assis (orgs.). *30 Anos de Constituição: Avanços e Promessas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, p. 109–144.

AUDI, Paul. Explanation and Explication. In: DALY, Christopher (org.). *The Palgrave Handbook of Philosophical Methods*. London: Palgrave Macmillan, 2015, p. 208–230.

AUSTIN, J. L. Other Minds. *Proceedings of the Aristotelian Society*, v. 20, p. 148–187, 1946.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos Princípios*. São Paulo: Malheiros, 2019.

AYER, A. J. *Language, Truth and Logic*. London: Penguin, 1971.

AZAR, Moshe. Transforming Ambiguity into Vagueness in Legal Interpretation. In: WAGNER, Anne; WERNER, Wouter; CAO, Deborah (orgs.). *Interpretation, Law and the Construction of Meaning*. Dordrecht: Springer, 2007, p. 121–136.

BARAK, Aharon. *Purposive Interpretation*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

BARON, Dennis. The Highest Dictionnaire in the Land? The Supreme Court and Definitions. *Visual Thesaurus*, 2013.

BATISTA, Nilo. *Decisões Criminais Comentadas*. Rio de Janeiro: Liber — Juris, 1976.

BECCARIA, Cesare. *Dei delitti e delle pene*. Milano: Mursia, 1973.

BELTRÁN, Jordi Ferrer; RATTI, Giovanni Battista. Defeasibility and Legality: A Survey. In: BELTRÁN, Jordi Ferrer, RATTI, Giovanni Battista (orgs.). *The Logic of Legal Requirements: Essays on Defeasibility*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 11–38.

BENNET, Philip W. A Defence of Abortion; a Question for Judith Jarvis Thompson. *Philosophical Investigations*, v. 5, n. 2, p. 142–145, 1982.

BIX, Brian. *Law, Language, and Legal Determinacy*. Oxford: Clarendon Press, 1993.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. São Paulo: Universidade de Brasília, 1995.

BOGHOSSIAN, Paul A. Analyticity. In: HALE, Bob; WRIGHT, Crispin; MILLER, Alexander (orgs.). *A Companion to the Philosophy of Language*. Malden: Blackwell, 2017, p. 578–618.

BOGHOSSIAN, Paul A. The Rule-Following Considerations. *Mind*, v. 98, n. 392, p. 507–549, 1989.

BRANDON, Robert B. A hegelian model of legal concept determination: The normative fine structure of the judges' chain novel. In: HUBBS, Graham; LIND, Douglas (orgs.).

Pragmatism, Law, and Language. New York: Routledge, 2013, p. 19–39.

_____. *A Spirit of Trust: A Reading of Hegel's Phenomenology*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2019.

_____. *Articulating Reasons*. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

_____. *Making it Explicit*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

_____. Replies. *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 57, n. 1, p. 189–204, 1997.

_____. Some Hegelian Ideas of Note for Contemporary Analytic Philosophy. *Hegel Bulletin*, v. 35, n. 1, p. 1–15, 2014.

_____. *Tales of the Mighty Dead: Historical Essays in the Metaphysics of Intentionality*. Cambridge: Harvard University Press, 2002.

BREWER, Scott. Indefeasible analogical argument. In: KAPTEIN, Hendrik; VELDEN, Bastiaan van der (orgs.). *Analogy and Exemplary Reasoning in Legal Discourse*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2018, p. 33–48.

BROZEK, Bartosz. Analogical Arguments. In: BONGIOVANI, Giorgio *et al.* (orgs.). *Handbook of Legal Reasoning and Argumentation*. Dordrecht: Springer, 2018, p. 365–385.

_____. *Defeasibility of Legal Reasoning*. Cracovia: Kantor Wydawniczy Zakamycze, 2004.

BULYGIN, Eugenio. Creación y Aplicación del Derecho. In: ATRIA, Fernando (org.). *Lagunas en el Derecho: Una controversia sobre el derecho y la función judicial*. Madrid: Marcial Pons, 2005, p. 29–44.

_____. Los Jueces ¿Crean Derecho? *Isonomía*, n. 18, p. 7–25, 2003.

_____. Sentencia Judicial y Creación del Derecho. v. 124, n. 1966, p. 1307–1315, 1966.

_____. The Objectivity of the Law. In: BERNAL, Carlos *et al.* (org.). *Essays in Legal Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 2015, p. 302–310.

_____. True or False Statements in Normative Discourse. In: EGIDI, Rosaria (org.) *In Search of a New Humanism: The Philosophy of Georg Henrik von Wright*. Dordrecht: Kluwer, 1999, p. 183–191.

CANALE, Damiano; TUZET, Giovanni. Judicial Scorekeeping. In: CANALE, Damiano; TUZET, Giovanni (orgs.) *The Rules of Inference: Inferentialism in Law and Philosophy*. Milano: Egea, 2009, p. 73–92.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional*. Coimbra: Almedina, 1993.

CARDOZO, Benjamin. *The Nature of the Judicial Process*. New Haven: Yale University Press, 1921.

CARROLL, Lewis. Through the Looking Glass. *The Complete Illustrated Works of Lewis*

Carroll. London: Chancellor Press, 1986. .

_____. What the Tortoise said to Achilles. *Mind*, v. 4, n. 14, p. 278–280, 1895.

CHELLAS, Brian F. *Modal Logic: an Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

CHIASSONI, Pierluigi. Defeasibility and Legal Indeterminacy. In: BELTRÁN, Jordi Ferrer; RATTI, Giovanni Battista (orgs.) *The Logic of Legal Requirements: Essays on Defeasibility*. New York: Oxford University Press, 2012, p. 151–181.

COLEMAN, Jules; LEITER, Brian. Determinacy Objectivity, and Authority. In: MARMOR, Andrei (org.) *Law and Interpretation: Essays in Legal Philosophy*. Oxford: Clarendon Press, 1997. p. 203–278.

DAMELE, Giovanni; MACAGNO, Fabrizio. The dialogical force of implicit premises: Presumptions in enthymemes. *Informal Logic*, v. 33, n. 3, p. 361–389, 2013.

DAVIDSON, Donald. *Inquiries into Truth and Interpretation*. Oxford: Clarendon Press, 1984.

_____. The Irreducibility of the Concept of the Self. *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001a. .

_____. Three Varieties of Knowledge. *Subjective, Intersubjective, Objective*. Oxford: Clarendon Press, 2001b. p. 205–220.

DERRIDA, Jacques. Force of Law: The “Mystical Foundation of Authority”. In: CORNELL, Drucilla; ROSENFELD, Michael; CARLSON, David Gray (orgs.) *Deconstruction and Possibility of Justice*. New York: Routledge, 1992, p. 3–67.

DONNELLAN, Keith S. Reference and Definite Descriptions. *The Philosophical Review*, v. 75, n. 3, p. 281–304, 1966.

DUMMETT, Michael. *Frege: Philosophy of Language*. New York: Harper & Row, 1973.

_____. *Origins of Analytical Philosophy*. London: Bloomsbury, 2014

DWORKIN, Ronald. *Law’s Empire*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1986.

_____. *Taking Rights Seriously*. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

_____. Objectivity and Truth: You’d Better Believe It. *Philosophy & Public Affairs*, v. 25, n. 2, p. 87–139, 1996

EASTERBROOK, Frank H. Statutes’ Domains. *The University of Chicago Law Review*, v. 50, n. 1983, p. 533–552, 1983.

ENDICOTT, Timothy A. O. The Value of Vagueness. In: MARMOR, Andrei; SOAMES, Scott (orgs.) *Philosophical Foundations of Language in the Law*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

_____. *Vagueness in Law*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ESKRIDGE, William N. Dynamic Statutory Interpretation. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 135, p. 1479–1555, 1987.

ESKRIDGE, William N.; FRICKEY, Philip P. Statutory Interpretation as Practical Reasoning. *Stanford Law Review*, v. 42, n. 2, p. 321–384, 1990.

EVANS, Gareth. Identity and Predication. *The Journal of Philosophy*, v. LXXII, n. 13, p. 342–362, 1975.

FARNSWORTH, Lee. Inferentialism, Title VII, and Legal Concepts. *The University of Chicago Law Review*, v. 85, n. 7, p. 1775–1818, 2018.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito: Técnica, Decisão, Dominação*. São Paulo: Atlas, 2003.

FISS, Owen M. Objectivity and Interpretation. *Stanford Law Review*, v. 34, n. 4, p. 739–763, 1982.

FREGE, Gottlob. Begriffsschrift, a Formula Language, Modeled Upon That of Arithmetic, for Pure Thought. In: HEIJENOORT, J. Van (org.) *From Frege to Gödel: A Source Book in Mathematical Logic, 1879-1931*. Cambridge: Harvard University Press, 1967, p. 5–82.

_____. On sense and nominatum. In: MARTINICH, A. P. (org.) *The Philosophy of Language*. New York: Oxford University Press, 1996, p. 186–198.

FULLER, Lon L. Positivism and Fidelity to Law: A Reply to Professor Hart. *Harvard Law Review*, v. 71, n. 4, p. 630–672, 1958.

_____. *The Morality of Law*. London: Yale University Press, 1969.

GARCÍA-CARPINTERO, Manuel. *Language y Pensamiento en Locke. Las Palabras, las ideas y las cosas*. Barcelona: Ariel, 1996.

GORDON, Thomas F.; WALTON, Douglas. Legal Reasoning with Argumentation Schemes. *Proceedings of the International Conference on Artificial Intelligence and Law*, p. 137–146, 2009.

GOVIER, Trudy. Analogies and Missing Premises. *Informal Logic*, v. 11, n. 3, p. 141–152, 1989.

GREY, Thomas C. Molecular Motions: The Holmesian Judge in Theory and Practice. *William & Mary Law Review*, v. 37, n. 1, p. 19–45, 1995.

GRICE, H. P. *Studies in the Way of Words*. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

_____. *Meaning*. In: MARTINICH, A. P. (org.) *The Philosophy of Language*. New York: Oxford University Press, 1996.

GRICE, H. P.; STRAWSON, P. F. In Defense of a Dogma. *The Philosophical Review*, v. 65, n. 2, p. 141–158, 1956.

GUASTINI, Riccardo. Defeasibility, Axiological Gaps, and Interpretation. In: BELTRÁN, Jordi Ferrer; RATTI, Giovanni B. (org.) *The Logic of Legal Requirements: Essays on Defeasibility*. New York: Oxford University Press, 2012, p. 182–192.

_____. *Ensayos escépticos sobre la interpretación*. Puno: Zela, 2018.

_____. *Interpretare e argomentare*. Milano: Giuffrè, 2011.

_____. *La sintasse del diritto*. Torino: Giappichelli, 2014.

HACKER, Peter M. S. The Linguistic Turn in Analytic Philosophy. In: BEANEY, Michael (org.). *The Oxford Handbook of The History of Analytic Philosophy*. New York: Oxford University Press, 2013.

_____. Wittgenstein's Legacy: The Principles of the Private Language Arguments. *Philosophical Investigations*, v. 41, n. 2, p. 123–140, 2018.

HAGE, Jaap. A theory of legal reasoning and a logic to match. *Artificial Intelligence and Law*, v. 4, n. 3–4, p. 199–273, 1996.

HART, Herbert L. A. Positivism and the Separation of Law and Morals. *Harvard Law Review*, v. 71, n. 4, p. 593–629, 1958.

_____. The Ascription of Responsibility and Rights. *Proceedings of the Aristotelian Society*, v. 49, p. 171–194, 1949.

_____. *The Concept of Law*. Oxford: Clarendon Press, 1994.

HEGLAND, Kenney. Goodbye to deconstruction. *Southern California Law Review*, v. 5, n. 1203–1221, 1985.

HILPINEN, Risto; MCNAMARA, Paul. Deontic logic: A historical survey and introduction. *Handbook of Deontic Logic and Normative Systems*. London: College Publications, 2013. p. 3–136.

HOLMES JR., Oliver Wendell. *The Common Law*. Toronto: University of Toronto Law School Typographical Society, 2011.

_____. The Path of the Law. *Harvard Law Review*, v. 10, p. 457, 1897.

HOOKEYWAY, Christopher. *Quine*. Cambridge: Polity Press, 1988.

HUNGRIA, Néelson; LACERDA, Romão Côrtes De; FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Comentários ao Código Penal*. Rio: Forense, 1983. v. VIII.

JUTHE, André. Analogical argument schemes and complex argumentation. *Informal Logic*, v. 35, n. 3, p. 378–445, 2015.

_____. Argument by Analogy. *Argumentation*, v. 19, n. 1, p. 1–27, 2005.

KELSEN, Hans. *General Theory of Norms*. Oxford: Clarendon Press, 1991.

_____. *Pure Theory of Law*. Clark: The Lawbook Exchange, 2005.

KLATT, Matthias. *Making the Law Explicit*. Oxford: Hart Publishing, 2008. v. 53.

KRIPKE, Saul. *On Rules and Private Language*. In: MARTINICH, A. P. (org.). *The Philosophy of Law*. New York: Oxford University Press, 1996a.

_____. *Naming and Necessity*. In: MARTINICH, A. P. (org.). *The Philosophy of Law*. New York: Oxford University Press, 1996b.

LEITER, Brian. American Legal Realism. In: GOLDING, Martin P.; EDMUNDSON, William A. (org.) *The Blackwell Guide to the Philosophy of Law and Legal Theory*. Malden: Blackwell, 2004, p. 50–66.

_____. Legal Realism and Legal Positivism Reconsidered. *Ethics*, v. 111, n. 2, p. 278–301, 2001.

LEVINSON, Setephen C. *Presumptive Meanings*. Cambridge: MIT Press, 2000.

LEWIS, David. *Convention*. Oxford: Blackwell, 2002.

LOCKE, John. *Of Words*. In: MARTINICH, A. P. (org.). *The Philosophy of Language*. New York: Oxford University Press, 1996.

MACAGNO, Fabrizio. Analogy and Redefinition. In: RIBEIRO, H. J. (org.) *Systematic Approaches to Argument by Analogy*. Cham: Springer, 2014, p. 73–90.

_____. Arguments of Interpretation and Argumentation Schemes. In: MANZIN, M.; PUPPO, F.; TOMASI, S. (orgs.) *Studies on argumentation and legal philosophy. Further steps towards a pluralistic approach*. Napoli: Editoriali Scientifica, 2015, p. 51–80.

MACAGNO, Fabrizio; WALTON, Douglas; REED, Chris. Argumentation Schemes. History, Classifications, and Computational Applications. *Journal of Logics and their Applications*, v. 4, n. 8, p. 2493–2556, 2017.

MACAGNO, Fabrizio; WALTON, Douglas; TINDALE, Christopher. Analogical Arguments: Inferential Structures and Defeasibility Conditions. *Argumentation*, v. 31, n. 2, p. 221–243, 2017.

MACCORMICK, Neil. *Defeasibility in Law and Logic*. In: BANKOWSKI, Zenon; WHITE, Ian; HAHN, Ulrike (orgs.). *Informatics and the Foundations of Legal Reasoning*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1995.

_____. *H. L. A. Hart*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

_____. *Legal Reasoning and Legal Theory*. New York: Oxford University Press, 1978.

_____. *Rhetoric and the Rule of Law*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

MAKINSON, David. *Bridges from Classical to Nonmonotonic Logic*. London: King's College, 2005.

MARANHÃO, Juliano S. A. Coherencia en el derecho: conservadurismo y fidelidad a la base de reglas. *Discusiones*, v. X, p. 179–215, 2011.

_____. Conservative Coherentist Closure of Legal Systems. In: ARASZKIEWICZ, Michael; PLESZKA, Krzysztof (orgs.). *Logic in The Theory and Practice of Lawmaking*. New York: Springer, 2015. p. 115–136.

_____. *Padrões de Racionalidade na Sistematização de Normas*. 2004. Tese (Doutorado em Direito), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

_____. *Positivismo jurídico lógico-inclusivo*. São Paulo: Marcial Pons, 2012a.

_____. Some Operators for Refinement of Normative Systems. In: VERHEIJ, Bart *et al.* (org.). *Legal Knowledge and Information Systems. Jurix 2001: The Fourteenth Annual Conference*. Amsterdam: IOS Press, 2001, p. 103–115.

_____. Defeasibility, Contributory Conditionals and Refinement of Legal Systems. In: BELTRÁN, Jordi Ferrer; RATTI, Giovanni Battista (orgs.). *The Logic of Legal Requirements: Essays on Defeasibility*2. Oxford: Oxford University Press, 2012b, p. 53–76.

MARANHÃO, Juliano S. A.; ARAÚJO, Jorge Alberto A. de. Entimemas e Inferência de Princípios Jurídicos. *Teoria Jurídica Contemporânea*, v. 3, n. 2, p. 123–156, 2018.

MARANHÃO, Juliano S. A.; SARTOR, Giovanni. Value assessment and revision in legal interpretation. *Proceedings of the 17th International Conference on Artificial Intelligence and Law, ICAIL 2019*, p. 219–223, 2019.

MARMOR, Andrei. *Interpretation and Legal Theory*. Oxford: Hart Publishing, 2005.

_____. Varieties of Vagueness in the Law. In: BONGIOVANI, GIORGIO *et al.* (Org.). *Handbook of Legal Reasoning and Argumentation*. Dordrecht: Springer, 2018. p. 561–580.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e Aplicação do Direito*. 20^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MCGINN, Colin. *Wittgenstein on Meaning*. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

MCGINN, Marie. *The Routledge Guidebook to Wittgenstein's Philosophical Investigations*. New York: Routledge, 2013.

MILLER, Alexander. Rule-Following Skepticism. In: BERNECKER, Sven; PRITCHARD, Duncan (orgs.). *The Routledge Companion to Epistemology*. New York: Routledge, 2011, p. 454–463.

MORESO, J. J.; CHILOVI, Samuele. Interpretive Arguments and the Application of the law. In: BONGIOVANI, Giorgio *et al.* (org.). *Handbook of Legal Reasoning and Argumentation*. Dordrecht: Springer, 2018, p. 495–517.

MUREINIK, Etienne. Expressio unius, exclusio alterius? *The South African Law Journal*, v. 104, p. 264–282, 1987.

PECZENIK, Alexander. *On Law and Reason*. Dordrecht: Kluwer, 1989.

PELLER, Gary. The Metaphysics of American Law. *California Law Review*, v. 73, n. 4, p. 1151–1290, 1985.

PERELMAN, Chaim; OLBRECHTS-TYTECA, L. *The New Rhetoric: A Treatise on Argumentation*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1971.

POMERANTZ, Hart; BRESLIN, S. Regina v. Ojibway. *Criminal Law Quarterly*, v. 8, n. 137, p. 9–11, 1965.

POSNER, Richard A. Judge Posner on Judging, Birthright Citizenship, and Precedent. *Palestra no Loyola Constitutional Law Colloquium*, 2015.

PUFENDORF, Samuel Von. *Of The Law of Nature and Nations*. London: J. Walthoe, R. Wilkin, J. and J. Bonwicke, S. Birt, T. Ward, and T. Osborne, 1729.

PUTNAM, Hilary. Meaning and Reference. *The Journal of Philosophy*, v. 70, n. 19, p. 699–711, 1973.

_____. The Analytic and the Synthetic. *Minnesota Studies in the Philosophy of Science, Volume 3. Scientific Explanation, Space & Time*. 1962, p. 358–397.

_____. The Meaning of “Meaning”. *Mind, Language and Reality: Philosophical Papers, Volume 2*. New York: Cambridge University Press, 1975, p. 215–271.

QUINE, W. V. O. Two Dogmas of Empiricism. *From a Logical Point of View*. New York: Harper & Row, 1961, p. 20–46.

_____. *Word and Object*. Cambridge: The MIT Press, 2013.

_____. On the Reasons for Indeterminacy of Translation. *Journal of Philosophy*, v. 67, n. 6, p. 178–183, 1970.

RAZ, Joseph. *Between Authority and Interpretation*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

_____. Explaining normativity: On rationality and the justification of reason. *Ratio*, v. 12, n. 4, p. 354–379, 1999.

_____. Interpretação sem restabelecimento. In: MARMOR, Andrei (org.) *Direito e Interpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 235–266.

_____. *Practical Reason and Norms*. London: Hutchinson & Co., 1975.

_____. Reasoning with Rules. *Current Legal Problems*, v. 54, p. 1–18, 2001.

_____. *The Authority of Law*. New York: Oxford University Press, 1979.

_____. *The Concept of a Legal System*. New York: Oxford University Press, 1970.

RODRÍGUEZ, Jorge. Lagunas Axiológicas y Relevancia Normativa. *Doxa*, v. 22, p. 349–369, 1999.

RODRÍGUEZ, Jorge; SUCAR, Germán. Las trampas de la derrotabilidad. Niveles de

análisis de la indeterminación del derecho. *Doxa*, v. 2, n. 21, 1998.

ROSENFELD, Michel. Deconstruction and Legal Interpretation: Conflict, Indeterminacy and the Temptations of the New Legal Formalism. In: CORNELL, Drucilla; ROSENFELD, Michael; CARLSON, David Gray (orgs.). *Deconstruction and Possibility of Justice*. New York: Routledge, 1992, p. 152–210.

ROSS, David. *The Right and the Good*. New York: Oxford University Press, 2007.

RUSSELL, Bertrand. On Denoting. *Mind*, v. 14, n. 56, p. 479–493, 1905.

_____. Vagueness. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 1, n. 2, p. 84 – 92, 1923.

RYLE, Gilbert. Abstractions. *Collected Essays 1929-1968*. London: Routledge, 2009a, p. 448–458.

_____. Ordinary Language. *Collected Essays 1929-1968*. London: Routledge, p. 314–331.

_____. *The Concept of Mind*. London: Hutchinson University Library, 1949.

SCALIA, Antonin. *A Matter of Interpretation: Federal Courts and the Law*. Princeton: Princeton University Press, 1997.

_____. The Rule of Law as a Law of Rules. *University of Chicago Law Review*, v. 56, n. 4, p. 1175–1188, 1989.

SCHAUER, Frederick. Balancing, Subsumption, and the Constraining Role of Legal Text. *University of Virginia Legal Working Paper Series*, n. 133, 2009a.

_____. Easy Cases. *Southern California Law Review*, v. 58, p. 399–440, 1985.

_____. Formalism. *Yale Law Journal*, v. 97, n. 4, p. 509–548, 1988.

_____. On Open Texture of Law. *University of Virginia Legal Working Paper Series*, n. 35, 2011.

_____. On the Supposed Defeasibility of Legal Rules. *Current Legal Problems*, v. 51, n. 1, p. 223–240, 1998.

_____. *Playing by the Rules: A Philosophical Examination of Rule-Based Decision-Making in Law and in Life*. Oxford: Clarendon Press, 1991.

_____. Rules, Rationality, and the Significance of Standpoint. *Queen's Law Journal*, v. 35, p. 305–325, 2009b.

_____. *Thinking Like a Lawyer*. Cambridge: Harvard University Press, 2009c.

SEARLE, John R. *A Taxonomy of Illocutionary Acts*. In: MARTINICH, A. P. (org.). *The Philosophy of Language*. New York: Oxford University Press, 1996a

_____. *Indirect Speech Acts*. In: MARTINICH, A. P. (org.). *The Philosophy of Language*. New York: Oxford University Press, 1996b

_____. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.

_____. *What is a Speech Act?* In: MARTINICH, A. P. (org.). *The Philosophy of Language*. New York: Oxford University Press, 1996c

SEGALL, Eric J. The constitution means what the supreme court says it means. *Harvard Law Review Forum*, v. 129, n. 4, p. 176–188, 2016.

SELLARS, Wilfrid. *Empiricism and the Philosophy of Mind*. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

_____. *In the Space of Reasons*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

_____. Language, Rules and Behavior. In: SICHA, Jeffrey F. (org.). *Pure Pragmatics and Possible Worlds: The Early Essays of Wilfrid Sellars*. Atascadero: Ridgeview, 1980, p. 209–231.

SHAPIRO, Fred R. The Most-Cited Legal Scholars. *The Journal of Legal Studies*, v. 29, n. S1, p. 409–426, 2000.

SOLUM, Lawrence B. The fixation thesis: The role of historical fact in original meaning. *Notre Dame Law Review*, v. 91, n. 1, p. 1–78, 2015.

_____. The Interpretation-Construction Distinction. *Constitutional Commentary*, v. 27, p. 95–118, 2010.

SOSA, Ernest. Propositional Attitudes de Dictu and De Re. *The Journal of Philosophy*, v. 67, n. 21, p. 883–896, 1970.

_____. Sosa on Propositional Attitudes De Dicto and De Re: Rejoinder to Hintikka. *The Journal of Philosophy*, v. 68, n. 16, p. 498–501, 1971.

SPANN, Girardeau A. Deconstructing the Legislative Veto. *Minnesota Law Review*, v. 68, p. 473–544, 1984.

STRAUSS, David A. The Supreme Court 2014 Term. Foreword: Does The Constitution Mean What It Says? *Harvard Law Review*, v. 129, n. 1, p. 1–61, 2015.

STRAWSON, P. F. On Referring. *Mind*, v. 59, n. 235, p. 320–344, 1950.

SUNSTEIN, Cass R. Interpreting Statutes in the Regulatory State. *Harvard Law Review*, v. 103, n. 2, p. 405–508, 1989.

TARELLO, Giovanni. *La Interpretación de la Ley*. Lima: Palestra, 2013.

THOMPSON, Judith Jarvis. A Defense of Abortion. *Philosophy & Public Affairs*, v. 1, n. 1, p. 47–66, 1971.

TOULMIN, Stephen E. *The Uses of Argument*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

VALADÃO, Lucas. *Cegueira monocular, campo visual e questões correlatas*. Entrevista concedida a Jorge Alberto A. de Araújo, agosto de 2019.

VECCHI, Diego Dei. Notas introdutorias a La interpretación de la Ley. In: TARELLO, Giovanni. *La interpretación de la Ley*. Lima: Palestra, 2013.

VOLTAIRE. *Cândido, ou O Otimismo*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

VON WRIGHT, G. H. *Norm and Action: A Logical Enquiry*. London: Routledge & Kegan Paul, 1963.

WAISMANN, Friedrich. Verifiability. In: FLEW, Anthony (org.). *Logic and Language*. Oxford: Basil Blackwell, 1952.

WALDRON, Jeremy. Vagueness in Law and Language: Some Philosophical Issues. *California Law Review*, v. 82, n. 3, p. 509–540, 1994.

WALTON, Douglas. An Overview of the Use of Argumentation Schemes in Case Modelling. In: ATKINSON, Katie (org.). *Modelling Legal Cases: Workshop Co-located with the 12th International Conference on Artificial Intelligence and Law*. Barcelona: Huygens, 2009a, p. 77–90.

_____. Argumentation Theory: a Very Short Introduction. In: RAHWAN, Iyad; SIMARI, Guillermo (orgs.). *Argumentation in Artificial Intelligence*. Berlin: Springer, 2009b, p. 1–24.

_____. Similarity, precedent and argument from analogy. *Artificial Intelligence and Law*, v. 18, n. 3, p. 217–246, 2010.

WALTON, Douglas; MACAGNO, Fabrizio. Enthymemes, Argumentation Schemes, and Topics. *Logique & Analyse*, v. 52, n. 205, p. 39–56, 2009.

WALTON, Douglas; REED, Chris. Argumentation Schemes and Enthymemes. *Synthese*, v. 145, n. 3, p. 339–370, 2005.

WALTON, Douglas; REED, Chris; MACAGNO, Fabrizio. *Argumentation Schemes*. New York: Cambridge University Press, 2008.

WALTON, Douglas; SARTOR, Giovanni; MACAGNO, Fabrizio. An Argumentation Framework for Contested Cases of Statutory Interpretation. *Artificial Intelligence and Law*, v. 24, n. 1, p. 51–91, 2016.

WALUCHOW, Wilfrid J. Defeasibility and Legal Positivism. In: BELTRÁN, Jordi Ferrer; RATTI, Giovanni Battista (orgs.). *The Logic of Legal Requirements: Essays on Defeasibility*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 254–267.

WANDERER, Jeremy. *Robert Brandom*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2008.

WERBACH, Kevin. Looking It up: Dictionaries and Statutory Interpretation. *Harvard Law Review*, v. 107, n. 6, p. 1437–1454, 1994.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *On Certainty*. Oxford: Basil Blackwell, 1975.

_____. *Philosophical Grammar*. Oxford: Basil Blackwell, 1974.

_____. *Philosophical Investigations*. Oxford: Wiley Blackwell, 2009.

_____. *Remarks on the Foundations of Mathematics*. Oxford: Basil Blackwell, 1978.

_____. *The Blue and Brown Books*. Malden: Blackwell, 1958.

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. London: Kegan Paul, 1922.

WRÓBLEWSKI, Jerzy. Legal Decision and its Justification. *Logique & Analyse*, v. 14, n. 53–54, p. 409–419, 1971.

_____. Legal Syllogism and Rationality of Judicial Decision. *Rechtstheorie*, v. 5, n. 1969, p. 33–46, 1974.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

ZALABARDO, José L. Rules, communities and Judgements. *Crítica: revista hispanoamericana de filosofía*, v. XXI, n. 63, p. 33–58, 1989.

DECISÕES DE CORTES ESTRANGEIRAS

Suprema Corte dos Estados Unidos

United States v. Kirby, 74 U.S. (7 Wall.) 482, 1868.

Brown v. Board of Education of Topeka, 347 U.S. 483, 1954.

Roper v. Simmons, 543 US 551, 2005.

Obergefell v. Hodges, 576 U.S. ___, 2015.

Corte de Apelações de Nova York

Riggs v. Palmer, 115 N.Y. 506, 1889.

Adams v. New Jersey Steamboat Co., 45 N.E. 369 N.Y., 1896.

MacPherson v Buick Motor Co., 111 N.E. 1050 N.Y., 1916.

US District Court for the District of Rhode Island

Dooley v. Parker-Hannifin Corp., 817 F. Supp. 245, 1993.

Suprema Corte do Texas

McKisson v. Sales Affiliates, Inc., 416 S.W.2d 787, 1967.

Rourke v. Garza, 530 S.W.2d 794, 1975.

US District Court for the Southern District of Texas

Dunn v. Penrod Drilling Co., 660 F. Supp. 757, 1987.

Corte Costituzionale della Repubblica Italiana

Sentenza n° 280, 2010.

DECISÕES DE CORTES BRASILEIRAS

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.425.943, 2014.

REsp 1.340.684, 2013.

Resp 1.191.065, 2012.

REsp 1.720.272, 2018.

HC 510.083, 2019.

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

ACrim 2131-72.2008.4.03.6005, 2012.

Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul

ACrim 303468-93.2017.8.21.7000, 2018.

ACrim 120856-56.2018.8.21.7000, 2019.

Tribunal de Justiça do Paraná

RESE 244.728-5, 2004.

Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul

HC 2005.008939-3, 2005.

Tribunal de Alçada da Guanabara

TAGB, ACrim 7.373, 1973.

DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL⁹¹⁷

União estável homoafetiva

ADPF 132, 2011.

AgR na Rcl 3.034, 2006.

Aborto de fetos anencéfalos

ADPF 54, 2012.

ADI 3.510, 2008.

⁹¹⁷ Organizadas por tema e ordenadas como aparecem no texto.

Punição criminal da discriminação por homofobia

ADO 26, 2019.

MI 4.733, 2019.

HC 82.424, 2004.

Princípio implícito da presunção de inocência

HC 45.232, 1968.

RE 591.054, 2014.

Fidelidade partidária

MS 26.603, 2007.

MS 26.602, 2007.

MS 26.604, 2007.

Imunidade tributária dos livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão

RMS 17.804, 1967.

RE 77.867, 1975.

RE 87.049, 1978.

RE 87.633, 1979.

RE 102.141, 1985.

RE 104.563, 1986.

RE 101.441, 1987.

RE 174.476, 1997.

RE 183.403, 2001.

RE 221.239, 2004.

RE 202.149, 2011.

RE 330.817, 2017.

“Interpretação corretiva da lei”

ADI 1.105, 2006.

ADI 1.127, 2006.

MI 670, 2007.

Limites da interpretação conforme a Constituição

ADPF 130, 2009.

ADI 1344, 1995.

ADI 1.344 MC, 1995.

ADPF 187, 2011.

ADI 4.274, 2011.

ADI 3.046, 2004.

Ninguém pode ser beneficiado pelo próprio crime

HC 55.901, 1978.

HC 84.525, 2004.

AP 527, 2010.

Inq 2.648, 2008.

Inq 2.105-AgR, 2007.

AP 333, 2007.

Inq 2.295, 2008.

Inq 1.645-ED, 2011.

AP 396, 2010.

Extensão do benefício do art. 115 do CP (redução pela metade do prazo prescricional)

HC 71.811, 1994.

HC 86.320, 2006.

AP 516 ED, 2013.

Tráfico de drogas praticado em “transporte público”

HC 120.624, 2014.

HC 109.411, 2011.

HC 107.274, 2011.

HC 109.538, 2012.

RHC 115.399, 2013.

HC 115.815, 2013.

“Mulas” do tráfico de drogas não integram a organização criminosa

HC 101.265, 2012.

HC 132.459, 2016.

HC 136.736, 2017.

HC 133.480, 2019.

Furto praticado durante o “repouso noturno”

HC 49.722, 1972.

RE 105.329, 1985.

RE 116.997, 1988.

RE 105.329, 1985.

Extensão das hipóteses de concessão de benefícios legais

RE 656.860, 2014.

ROMS 26.071, 2007.

MI 2.140 AgR, 2013.

ADI 1.232, 1998.

Rcl 3.805, 2006.

Rcl 4.374, 2013.

Intangibilidade do texto originário da Constituição na jurisdição constitucional

ADI 815, 1996.

ADI 4.097, 2008.